EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

PROCESSO Nº 31.00756813/2026-12

GRP:8024

IDENTIFICADOR NO COMPRAS: 12/2026

CÓDIGO UASG: 456844

OBJETO: Aquisição de equipamentos de sonorização profissional, visando atender às demandas do Teatro Francisco Nunes (TFN), conforme especificações técnicas e quantitativas definidos no Termo de Referência.

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** menor preço por grupo
-
- **FORMA DE FORNECIMENTO: integral**
-
- **MODO DE DISPUTA:** aberto e fechado

- **DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 13/10/2026 às 10h (horário de Brasília)

- **SITE PARA CONSULTAS:** www.gov.br/compras e www.pbh.gov.br

- **TELEFONE PARA CONTATO: 31-3277 4638**

1. DO PREÂMBULO

1.1 A Fundação Municipal de Cultura torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos dos Decretos Municipais nºs 18.096/22, e 18.289/23, da Lei Municipal nº 10.936/16, da Lei Federal nº 14.133/21 e Lei Complementar nº 123/06, observadas ainda as determinações das Leis Federais nº 12.846/13, nº 13.709/18 e demais legislações aplicáveis.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de aquisição de equipamentos de sonorização profissional destinados ao Teatro Francisco Nunes (TFN), conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais anexos.

2.2. Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas no Compras.gov.br e as constantes do Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

3. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

3.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento poderão ser enviados para o e-mail pregoes.fmc@pbh.gov.br ou ser entregues diretamente no Gerência Administrativa e de Logística, situada na Avenida Augusto de Lima, nº 30 5º andar- Centro Belo Horizonte.

3.2.1. O documento enviado deverá conter o nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.

3.3. O Agente de Contratação, responderá à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento dos documentos, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta à impugnação e ao pedido de esclarecimento poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.

3.4. As respostas à impugnação e ao pedido de esclarecimento serão divulgadas diretamente no "site" www.gov.br/compras, no "link" correspondente a este Edital e no "site" da PBH no endereço https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes.

3.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo de licitação.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste procedimento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital, anexos e legislação aplicável.

4.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

a) estejam constituídos sob a forma de consórcio, conforme justificativa para a vedação no Termo de Referência;

b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de Belo Horizonte nos termos da Lei n. 8.666/93;

c) declarados impedidos de licitar e contratar com Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte;

d) declarados impedidos de licitar e contratar com o Poder Legislativo do Município de Belo Horizonte;

e) declarados inidôneos para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;

f) com falência decretada ou que se encontrem em concurso de credores, dissolução ou liquidação;

g) estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;

h) enquadrados nas vedações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9 e no art. 14, ambos da Lei Federal 14.133/2021, bem como nas do art. 42 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte;
i) cujo objeto social seja incompatível com o objeto desta licitação;
j) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
k) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
l) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

4.2.1. A observância das vedações do subitem 4.2 é de inteira responsabilidade do licitante que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis;

4.2.2. O Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das vedações elencadas acima mediante consulta aos meios legais disponíveis.

5. DO CADASTRAMENTO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

5.1.1. Informações sobre cadastro de fornecedores poderão ser obtidas no Sistema de Compras do Governo Federal no endereço https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor.

5.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Belo Horizonte por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o valor ou o percentual de desconto ofertado, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital,** até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

6.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir

do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.5. O licitante que prestar declaração falsa se sujeita às sanções previstas na lei e neste edital.

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após a fase de envio de lances.

6.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto final máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.9.1. Valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.9.2. Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. **No campo valor unitário**: valor unitário
7.1.2. Marca/Fabricante;
7.1.3. Modelo/versão.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. No(s) valor(es) proposto(s) estará(ão) incluso(s) todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. O(s) valor(es) proposto(s) ou o(s) percentual(is) de desconto(s), tanto na proposta eletrônica inicial, quanto na etapa de lances, será(ão) de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação da(s) proposta(s) implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela(s) contida(s), em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus exatos termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA AJUSTADA

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Agente de Contratação, dar-se-á automaticamente, na data e na hora indicadas neste Edital, no sítio www.gov.br/compras.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do grupo.

8.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5.1. O intervalo mínimo de diferença dos valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 50,00(cinquenta reais).

8.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.7. Durante a sessão pública de lances, o evidente equívoco de digitação pelo licitante que der causa a preço incompatível ou manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema pelo Agente de Contratação, no caso de não exclusão pelo licitante nos moldes do item anterior.

8.8. A etapa de lances seguirá pelo modo de disputa aberto e fechado

8.9. **No modo de disputa "aberto e fechado",** os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.9.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.9.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.11. Nas etapas abertas não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.13. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar para o Agente de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.16. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.16.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

8.16.2. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio.

8.16.3. Não será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.17. Em relação a item(ns)/grupo(s)/lote(s) não exclusivos para participação de beneficiários da Lei Complementar 123/06, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria os beneficiários da Lei Complementar 123/06 participantes, procedendo à

comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 16.535/2016.

8.17.1. Nessas condições, as propostas dos beneficiários da Lei Complementar 123/06 que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.17.3. Caso o beneficiário da Lei Complementar 123/06 melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes beneficiários da Lei Complementar 123/06 que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelos beneficiários da Lei Complementar 123/06 que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.17.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.17.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

8.17.7. Não será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.18. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.19. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

8.20.1. A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta do primeiro colocado não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.

8.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.

8.20.4. Nas hipóteses de desclassificação do então arrematante, será verificada a ocorrência de nova situação de empate, assegurando a preferência de contratação para os beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006, procedendo da seguinte forma:

a) convocação para a realização de sessão pública que será previamente agendada via chat de mensagens, até as 17h do dia anterior, e não terá início anterior às 10h do dia útil seguinte, na qual será concedido ao beneficiário mais bem classificado, oportunidade de exercer o seu direito de preferência, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentando proposta de preço inferior à atual, ofertada por empresa que não esteja enquadrada como beneficiária. Tal proposta deverá ser apresentada no prazo e limites estabelecidos, diretamente no sistema eletrônico;

b) a apresentação de proposta após o prazo estipulado na sessão pública implicará na decadência do direito conferido pela Lei Complementar nº 123/2006, sendo convocadas as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na mesma situação, respeitada a ordem de classificação das propostas, para o exercício do mesmo direito, observado o procedimento previsto na alínea anterior.

8.20.4.1. **Não será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021**.

8.21. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta ajustada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares exigidos neste Edital e anexos.

8.21.1. Será garantido ao licitante o prazo mínimo de 2 (duas) horas entre a convocação e o cumprimento da obrigação.

8.21.2. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante no chat de mensagem, durante o transcurso do prazo concedido, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;

b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

8.21.3. Quando da convocação para apresentação da proposta ajustada, o licitante deverá apresentá-la em conformidade com as regras dispostas no Termo de Referência.

8.21.3.1. A proposta ajustada deverá ser anexada por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras.

8.22. Juntamente com a proposta ajustada a empresa arrematante deverá apresentar:

a) Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo constante no Anexo II;

b) Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como beneficiário da Lei Complementar 123/2006, bem como demais declarações dispostas no modelo constante no Anexo III deste Edital. (**somente no caso de beneficiários da Lei Complementar 123/06).**

8.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, a legislação correlata e o subitem 4.2 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF e/ou SUCAF

b) Portal da transparência, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br.

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992;

9.2.1. A consulta referente ao sócio majoritário será realizada na fase de habilitação.

9.3. Verificadas as condições de participação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e anexos, observado o disposto nos artigos 26 a 33 do Decreto Municipal nº 18.289/2023.

9.4. Será desclassificada a proposta que:

9.4.1. contiver vícios insanáveis;

9.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e anexos, desde que insanável.

9.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante possa comprovar, eventualmente, a exequibilidade da proposta.

9.6. A análise da inexequibilidade das propostas será feita nos termos do disposto nos arts. 30 a 32 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, bem como na legislação cabível.

9.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra e/ou prospectos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-lo(s) nas condições disciplinadas no referido documento, sob pena de desclassificação.

9.7.1. A convocação será feita pelo Agente de Contratação no “chat de mensagens” do item/grupo/lote arrematado.

9.7.2. O(s) resultado(s) da(s) avaliação(ções) será(ão) divulgado(s) no sistema eletrônico.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos de habilitação previstos no Termo de Referência serão exigidos apenas do licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

10.1.1. Para efeito do julgamento da habilitação, os documentos deverão comprovar a sua regularidade na data da abertura do certame, nos termos do art. 34 c/c § 6º-A do art. 37 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.

10.1.2. Os documentos exigidos para fins de comprovação da habilitação poderão ser substituídos pelo registro cadastral no SICAF e/ou SUCAF

10.2. Os documentos necessários para comprovar a habilitação exigidos no Termo de Referência, caso não estejam contemplados, disponíveis ou válidos no SICAF, SUCAF e/ou CAGEF deverão ser enviados em formato digital, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema www.gov.br/compras, quando solicitados pelo Agente de Contratação.

10.2.1. Será garantido ao licitante o prazo mínimo de 2 (duas) horas entre a convocação e o cumprimento da obrigação.

10.2.1.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante no chat de mensagem, durante o transcurso do prazo concedido, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;

b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

10.2.2. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema www.gov.br/compras poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, caso haja dúvida justificada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Agente de Contratação.

10.3. A verificação pelo Agente de Contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

10.4. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.4.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido aos beneficiários da LC 123/06, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício.

10.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

10.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista dos beneficiários da Lei Complementar n° 123/06, somente será exigida para a adjudicação, e não como condição para participação na licitação.

10.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação,

pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.9.1.1. A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista.

10.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.9.3. **Não será aplicado o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021**.

10.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.10.1. Na hipótese da Adjudicatária ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.11. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, além das disposições legais, as empresas deverão se atentar para as regras de habilitação dispostas neste Edital, no item “Das Condições de Participação”.

10.12. Para fins de habilitação, os documentos que não possuírem prazo de validade deverão possuir data de emissão de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, tendo como referência a data de abertura da proposta.

10.12.1. Não se enquadram no subitem acima os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, inclusive quanto aos atestados de capacidade técnica.

10.13. Comprovada a regularidade da habilitação, o licitante será julgado habilitado.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, concedido na sessão pública, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.2.1. O julgamento para considerar a proposta aceita, bem como o licitante habilitado, será comunicado em sessão pública previamente agendada via chat de mensagens, até as 17h do dia anterior, e não terá início anterior às 10h do dia útil seguinte.

11.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação.

11.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6. Caso não seja possível incluir no campo específico do sistema eletrônico todas as informações e/ou documentos necessários para interpor as razões recursais ou contrarrazões, o licitante poderá solicitar “no chat de mensagens” o envio por e-mail das razões e documentos complementares.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

13.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.2. multas nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;

a.1. a multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.

b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 18.096/2022;

c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no subitem 13.1.

13.2.2.1. As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem acima.

13.3. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.

13.4. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Subsecretário Municipal ou ocupante de cargo equivalente, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário ou autoridade máxima da entidade, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

13.6. A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será:

a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;
b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;
c) o primeiro dia após o fim do prazo indicado no § 3º do art. 44 do Decreto Municipal nº 18.096/2022, quando a notificação for publicada no DOM.

13.7. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no DOM.

13.8. Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação da decisão no DOM.

13.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.9.1. A multa moratória também poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

13.10.1. A multa inadimplida poderá, na forma do edital ou contrato, ser descontada de pagamento eventualmente devido pelo Contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração municipal.

13.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na

Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 62 do Decreto municipal nº 18.096/2022.

13.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de Belo Horizonte serão observadas as determinações que se seguem.

14.2. O Município exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

14.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;

14.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;

14.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a

estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

14.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

14.2.5. “prática obstrutiva” significa:

14.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

14.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

14.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

14.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

15. DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

15.1. Objetivando afirmar a aderência do Contratado aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

15.1.1. O Contratado se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.

15.1.2. O Contratado se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.

15.1.3. O Contratado fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

15.1.4. O Contratado deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.

15.1.5. O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.5. O Contratado não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.5.1 O Contratado obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

16.6. O Contratado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

16.6.1. Ao Contratado não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.6.1.1. O Contratado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

16.7. O Contratado deverá notificar, imediatamente, o Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

16.7.1. A notificação não eximirá o Contratado das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

16.7.2. O Contratado que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

16.8. O Contratado fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

16.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Contratado e o Contratante, bem como, entre o Contratado e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

16.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Contratado a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17.2. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência e oportunidade devidamente justificada, e deverá anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

17.3. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação.

17.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.7. A tolerância do Município de Belo Horizonte com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Contratado não importará de forma alguma em alteração ou novação.

17.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.9. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

17.10. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação ou pela autoridade a ele superior, em conformidade com a legislação aplicável.

17.11. A participação do licitante neste procedimento licitatório implica em aceitação de todos os termos deste Edital e Anexos.

17.12. O Licitante/Contratado/Fornecedor/Conveniado fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

17.13. É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da legislação aplicável.

17.13.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17.14. O Contratado fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

17.14.1. Para aditamento do quantitativo deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 13.757/2009 e suas alterações.

17.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.16. O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, nos sites www.gov.br/compras, www.pbh.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.17. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Belo Horizonte.

17.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.18.1. ANEXO I - Termo de Referência

17.18.2. ANEXO II - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

17.18.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006;

Belo Horizonte, 22 de setembro de 2026.

_____

Bárbara Bof

Presidenta

Fundação Municipal de Cultura

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE REQUISITANTE: DIRETORIA DE PROMOÇÃO DAS ARTES - DPAR-TFN
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: CIDA TEODORO

OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de equipamentos de sonorização profissional destinados ao Teatro Francisco Nunes (TFN), visando atender às demandas técnicas relacionadas à realização de espetáculos, apresentações artísticas e demais atividades culturais desenvolvidas no equipamento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

A contratação será realizada por meio de processo licitatório, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com as especificações técnicas e requisitos de desempenho definidos neste Termo de Referência.

GRUPO - AMPLA PARTICIPAÇÃO COM O TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTO NA LC 123/06, NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 4° DA LEI 14.133/2021

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SICAM	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE
1	CAIXA ACÚSTICA TIPO “LINE ARRAY”, ATIVA, MODELO DPAR - FMC, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO	117021	UNIDADE	16
2	SUBWOOFER 3000W, PASSIVO, MODELO DPAR - FMC, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO	117022	UNIDADE	2
3	MICROFONE SEM FIO, MODELO DPAR - FMC, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO	117023	UNIDADE	3
4	AMPLIFICADOR DE POTÊNCIA,	116568	UNIDADE	1

	ESTÉREO, 02 CANAIS, POTÊNCIA DE NO MÍNIMO 2 X 6000 W RMS, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA APROXIMADA 20 HZ A 20 KHZ, CONTROLE DE GRAVES E AGUDOS E VOLUME INDEPENDENTES PARA CADA CANAL			
5	PROCESSADOR DE ÁUDIO, COMPOSTO POR, NO MÍNIMO: 4 CANAIS DE ENTRADA XLR E 8 CANAIS DE SAÍDA XLR, BALANCEADOS ELETRONICAMENTE, CONEXÃO USB, BIVOLT	116662	UNIDADE	1
6	SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ANTENAS, ATIVA, DE 4 VIAS, COM PORTA EM CASCATA E DIVERSAS OPÇÕES DE FREQUÊNCIA, ACOMPANHADO DE HARDWARE DE SUPORTE FRONTAL E EM RACK, FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA E CABOS DE ANTENA	115157	UNIDADE	3
7	ANTENA DIRECIONAL PARA SISTEMAS DE TRANSMISSÃO SEM FIO, CARDIÓIDE, ADAPTADOR GIRATÓRIO, CABO COM NO MÍNIMO 3 METROS	116623	UNIDADE	4
8	CAIXA ACÚSTICA, ATIVA, 12 POLEGADAS, MODELO DPAR - FMC, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO.	117061	UNIDADE	8
9	SUPORTE PARA CAIXA ACÚSTICA (BUMPER), EM AÇO, PARA TETO E PISO, MODELO FMC - TEATROS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXA	76217	UNIDADE	4
10	CABO PARA ÁUDIO, ESTÉREO, 2 X 0,30 MM², BALANCEADO, CAPA EM PVC EMBORRACHADO, COR VERMELHA	116624	METRO	300

11	CONECTOR XLR MACHO, 3 POLOS, PADRÃO PARA ÁUDIO, BALANCEADO	116595	UNIDADE	30
12	CONECTOR XLR FÊMEA, 3 PÓLOS, PADRÃO INDUSTRIAL PARA ÁUDIO, BALANCEADO	116603	UNIDADE	30
13	CABO PARA ÁUDIO, XLR (MACHO) X XLR (FÊMEA), BALANCEADO, ESTÉREO, COMPRIMENTO MÍNIMO 10 METROS	116596	UNIDADE	24
14	CABO PARA ÁUDIO, XLR (MACHO) X XLR (FÊMEA), BALANCEADO, ESTÉREO, COMPRIMENTO MÍNIMO 05 METROS	116597	UNIDADE	40
15	CABO PARA ÁUDIO, XLR (MACHO) X XLR (FÊMEA), BALANCEADO, ESTÉREO, COMPRIMENTO MÍNIMO 03 METROS	116598	UNIDADE	40
16	CABO PARA ÁUDIO, XLR (MACHO) X XLR (FÊMEA), BALANCEADO, ESTÉREO, COMPRIMENTO MÍNIMO 01 METRO	116625	UNIDADE	40
17	CONECTOR PARA ÁUDIO, TIPO SPEAKON, MACHO, COM TRAVA, 04 VIAS	116626	UNIDADE	20
18	PLUGUE EM TERMOPLÁSTICO, FÊMEA (TOMADA), TIPO RETANGULAR, 2P + T, DESMONTÁVEL,	116604	UNIDADE	20
19	PLUGUE EM TERMOPLÁSTICO, MACHO, TIPO RETANGULAR, 2P + T, DESMONTÁVEL, 20 A X 250 V	116599	UNIDADE	20
20	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, TIPO PP, SEÇÃO NOMINAL 3 X 4 MM²	116571	METRO	200

1.2. Os bens objeto desta contratação serão licitados em lote único, considerando que os itens, embora de naturezas comerciais distintas, compõem uma solução integrada de sonorização destinada ao Teatro Francisco Nunes, sendo utilizados de forma conjunta e complementar. O agrupamento visa assegurar a compatibilidade técnica e a integração dos equipamentos e acessórios, reduzir riscos de incompatibilidade entre fornecedores distintos e proporcionar maior eficiência no recebimento, na gestão da garantia e na solução de eventuais problemas relacionados ao funcionamento conjunto da solução. A opção pelo lote único mostra-se, portanto, adequada ao atendimento da necessidade da Administração, desde que a pesquisa de mercado demonstre a existência de fornecedores aptos ao fornecimento integral do lote, sem prejuízo à competitividade.

1.3. Os bens objeto desta contratação não se enquadram como bens de luxo, nos termos do Decreto Municipal nº 17.726, de 2021.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.5. O objeto da contratação não foi parcelado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, uma vez que o agrupamento dos itens em lote único não restringe a competitividade do certame e favorece a gestão, a entrega e a garantia da solução contratada como um todo.

1.6. Da Contratação:

1.6.1. Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, inciso II da Lei nº 14.133/2021, sendo este substituído por nota de empenho de despesa

1.6.1.1. A(s) Nota(s) de Empenho(s) será(ão) encaminhada(s) por e-mail ou outro meio eficaz, devendo o Contratado confirmar o recebimento, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

1.6.1.2. A recusa em confirmar o recebimento da(s) Nota(s) de Empenho, no prazo estabelecido no subitem 1.6.1.1., sem justificativa por escrito e aceita **pela** autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a adjudicatária às penalidades cabíveis, sendo

facultado à Administração convocar remanescentes, na ordem de classificação, nos termos da legislação aplicável.

1.6.1.3. Na hipótese de não se conseguir enviar ao fornecedor a(s) Nota(s) de Empenho por e-mail ou outro meio eficaz, será publicado um aviso no DOM – Diário Oficial do Município, para que o Fornecedor retire a(s) Nota(s) de Empenho no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis,
contados da publicação.

1.6.2. Para a retirada da Nota de Empenho, a Adjudicatária deverá estar devidamente cadastrada no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF e comprovar a manutenção das condições de regularidade demonstradas para habilitação.

1.6.2.1. Se a Adjudicatária não for cadastrada no SUCAF, ou se houver pendências no cadastro, a empresa deverá requerer o seu cadastro ou a sua regularização e informar o número do protocolo para a Gerência Administrativa e de Logística no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da convocação do Órgão.

1.6.2.1.1. O documento constando o número do protocolo deverá ser encaminhado para o seguinte e-mail: pregoes.fmc.@pbh.gov.br.

1.6.2.2. O procedimento e a documentação necessária para cadastro ou regularização no SUCAF estão disponíveis no endereço eletrônico **https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/sucaf.**

1.6.2.3. O cadastro regular deverá ser apresentado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da convocação citada no subitem 1.6.2.1, podendo ser prorrogado mediante solicitação da Adjudicatária, devidamente justificada.
1.6.2.4. Na hipótese de a Adjudicatária não apresentar o cadastro do SUCAF no prazo previsto no subitem anterior, poderá a administração restaurar a sessão pública e convocar os licitantes remanescentes, segundo a ordem classificatória, para negociação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos de sonorização profissional destinados ao Teatro Francisco Nunes (TFN), equipamento cultural integrante da rede pública municipal administrada pela Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, visando atender às demandas técnicas relacionadas à realização de espetáculos, apresentações artísticas, atividades formativas e demais eventos culturais promovidos no espaço.

O Teatro Francisco Nunes desempenha papel relevante na promoção e democratização do acesso à cultura no Município de Belo Horizonte, constituindo-se como importante espaço de difusão das artes cênicas, musicais e manifestações culturais diversas. Para assegurar o adequado funcionamento do equipamento e garantir a qualidade técnica necessária às produções culturais realizadas no local, faz-se indispensável a manutenção de infraestrutura de sonorização compatível com os padrões profissionais exigidos em ambientes teatrais.

Entretanto, verificou-se que parte dos equipamentos de áudio atualmente utilizados encontra-se em condição de desgaste decorrente do tempo de uso, apresentando limitações operacionais e defasagem tecnológica frente às exigências técnicas das produções contemporâneas. Tal situação compromete a qualidade sonora das apresentações, reduz a confiabilidade operacional dos sistemas de áudio e dificulta o atendimento adequado às necessidades técnicas dos artistas, produtores e equipes envolvidas nas atividades culturais realizadas no espaço.

Sob a perspectiva do interesse público, a ausência de modernização da infraestrutura de sonorização pode impactar negativamente a qualidade da programação cultural ofertada à população, prejudicando a experiência do público, limitando a realização de determinadas produções artísticas e comprometendo a eficiência das atividades desenvolvidas no equipamento cultural.

Dessa forma, identifica-se a necessidade da contratação como medida essencial para promover a atualização tecnológica da infraestrutura de áudio do Teatro Francisco Nunes, assegurando melhores condições técnicas para a realização de eventos culturais, maior segurança e confiabilidade na operação dos sistemas de sonorização, além da ampliação da capacidade de atendimento das demandas artísticas e institucionais do espaço.

Ressalta-se, ainda, que a iniciativa conta com recursos provenientes do Convênio nº 404/2025, celebrado entre a Prefeitura de Belo Horizonte e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, destinado ao aprimoramento da infraestrutura cultural municipal, viabilizando a implementação da solução proposta em benefício do interesse público.

Assim, a contratação pretendida busca fortalecer a infraestrutura técnica do Teatro Francisco Nunes, contribuir para a qualificação da programação cultural ofertada à sociedade, valorizar as atividades artísticas desenvolvidas no equipamento e fortalecer as políticas públicas de cultura no Município de Belo Horizonte, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e da promoção do interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. A presente contratação caracteriza-se como aquisição de bens comuns, consistindo no fornecimento de equipamentos e acessórios de sonorização profissional destinados à modernização da infraestrutura técnica do Teatro Francisco Nunes.

3.2. Os bens possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações técnicas usuais de mercado, que permitem a avaliação objetiva da conformidade dos produtos ofertados.

3.3. A solução compreende o fornecimento de equipamentos novos e de primeiro uso, incluindo caixas acústicas, subwoofers, amplificadores, processadores de áudio, sistemas de microfones sem fio, cabeamentos e demais acessórios necessários ao funcionamento do sistema de sonorização, conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

3.4. Considerando que as características, os requisitos de desempenho e os padrões de qualidade dos bens podem ser objetivamente especificados e aferidos pela Administração, a contratação enquadra-se como aquisição de bens comuns, possibilitando o julgamento das propostas com base em critérios objetivos e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.1. Da indicação de marca(s) ou modelo(s

4.1.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de sistema de sonorização profissional destinado ao Teatro Francisco Nunes (TFN), equipamento cultural administrado pela Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, devendo a solução ofertada atender aos requisitos técnicos e operacionais necessários para garantir a adequada reprodução sonora das atividades culturais realizadas no espaço.

4.1.2. Em observância ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, não será exigida marca, fabricante ou modelo específico, devendo os equipamentos ofertados atender integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, sendo admitidas soluções equivalentes ou superiores em desempenho, qualidade, confiabilidade e durabilidade.

4.1.2.1. Os modelos, marcas ou fabricantes eventualmente mencionados nas especificações técnicas deste Termo de Referência são utilizados exclusivamente como referência técnica, com a finalidade de facilitar a identificação das características, desempenho e padrão de qualidade pretendidos pela Administração. Não será exigida a apresentação de produto de marca ou modelo específico, sendo admitidos produtos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às especificações e aos requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência.

4.1.3. Os licitantes deverão apresentar, juntamente com a proposta comercial, fichas técnicas, catálogos, manuais ou documentos equivalentes emitidos pelo fabricante para os itens 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 9, contendo informações suficientes para comprovar o atendimento integral às especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.1.3.1.Para os demais itens, a comprovação das especificações poderá ser realizada por meio da descrição constante da proposta comercial, sem prejuízo da realização de diligências pela Administração para verificação da conformidade dos produtos ofertados com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

4.1.4. A solução deverá contemplar equipamentos de áudio profissional compatíveis com as dimensões, características acústicas e necessidades operacionais do Teatro Francisco

Nunes, assegurando cobertura sonora adequada, inteligibilidade da fala, fidelidade na reprodução musical e desempenho compatível com apresentações artísticas, espetáculos teatrais, musicais, performances, seminários, palestras e demais atividades culturais realizadas no equipamento.

4.1.5. Entre os requisitos necessários à contratação, destacam-se:

4.1.5.1. Fornecimento de sistema de sonorização profissional completo, incluindo caixas acústicas, amplificadores, processadores de áudio, mesa de som, cabeamento, acessórios e demais componentes necessários ao funcionamento integrado da solução;

4.1.5.2. Compatibilidade técnica entre todos os equipamentos fornecidos, garantindo a operação integrada, segura e eficiente do sistema de áudio;

4.1.5.3. Desempenho técnico compatível com as exigências de espaços destinados à apresentação artística, assegurando clareza, equilíbrio, cobertura homogênea e adequada distribuição sonora no ambiente;

4.1.5.4. Fornecimento de equipamentos novos, sem uso anterior, em linha regular de fabricação e acompanhados da garantia mínima estabelecida neste Termo de Referência;

4.1.5.5. Atendimento às normas técnicas, certificações e padrões de qualidade aplicáveis aos equipamentos de áudio profissional;

4.1.5.6. Fornecimento de manuais técnicos, fichas de especificações, certificados de garantia e demais documentos necessários à correta operação e manutenção dos equipamentos;

4.1.5.7. Prestação de garantia e suporte técnico pelo fornecedor durante todo o período de garantia contratual, assegurando o adequado funcionamento do sistema;

4.1.5.8. Compatibilidade e possibilidade de integração com a infraestrutura técnica existente no Teatro Francisco Nunes, quando aplicável.

4.1.6. A solução deverá observar critérios de qualidade, confiabilidade, durabilidade, eficiência energética, facilidade de operação e disponibilidade de assistência técnica, considerando a utilização contínua do sistema nas atividades culturais promovidas pela Fundação Municipal de Cultura.

4.2. Da exigência de prospectos, catálogos e manuais

4.2.1. O licitante deverá apresentar, juntamente com sua proposta, prospectos, fichas técnicas, catálogos, manuais do fabricante ou documentação técnica equivalente dos equipamentos ofertados, em língua portuguesa ou acompanhados de tradução simples, contendo informações suficientes para comprovar o atendimento às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2.2. A documentação apresentada deverá identificar claramente a marca, o modelo e as características técnicas dos equipamentos ofertados, permitindo a verificação de sua conformidade com os requisitos mínimos exigidos pela Administração.

4.2.3. Caso as informações constantes da documentação apresentada sejam insuficientes para a análise técnica dos equipamentos ofertados, a Administração poderá solicitar esclarecimentos ou documentação complementar, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do edital da licitação.

4.2.4. A apresentação de documentação técnica incompatível com os equipamentos ofertados, bem como a comprovação do não atendimento às especificações mínimas exigidas neste Termo de Referência, implicará a desclassificação da proposta, observado o contraditório e as regras estabelecidas no instrumento convocatório.

4.2.5. A documentação técnica apresentada integrará a proposta do licitante para todos os efeitos, constituindo referência para verificação da conformidade dos equipamentos quando da entrega e do recebimento do objeto.

4.3. Da exigência de prospectos/manuais

4.3.1. O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, prospecto, ficha técnica, catálogo ou manual do fabricante dos equipamentos ofertados, em língua portuguesa ou acompanhado de tradução, que comprove, de forma clara e inequívoca, o atendimento às especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência.

4.3.2. A documentação apresentada deverá conter informações suficientes para a verificação das características técnicas, desempenho, qualidade, marca e modelo dos equipamentos ofertados, permitindo a adequada análise pela Administração.

4.3.3. Poderá ser exigida, a qualquer tempo, a apresentação de documentação complementar, caso as informações inicialmente fornecidas não sejam suficientes para a validação técnica dos itens ofertados.

4.3.4. O não atendimento às especificações técnicas exigidas, devidamente comprovado por meio da documentação apresentada, ensejará a desclassificação da proposta, nos termos da legislação vigente.

4.4. Da Subcontratação

4.4.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta contratação.

4.4.2. A vedação à subcontratação justifica-se pela natureza do objeto, que consiste no fornecimento de equipamentos de sonorização profissional, não demandando a execução de atividades especializadas distintas que justifiquem a transferência de parcelas da contratação a terceiros.

4.4.3. A Contratada deverá executar diretamente todas as obrigações decorrentes do contrato, responsabilizando-se integralmente pelo fornecimento dos equipamentos, pela qualidade dos produtos entregues e pelo cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.5. Da participação de consórcios

4.5.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio na presente contratação.

4.5.2. A vedação à participação de consórcios justifica-se pela natureza e pela baixa complexidade do objeto, que consiste na aquisição de equipamentos de sonorização profissional amplamente disponíveis no mercado, não demandando a conjugação de capacidades técnicas, operacionais ou econômico-financeiras de mais de uma empresa para sua adequada execução.

4.5.3. Considera-se que as empresas atuantes no segmento possuem condições de fornecer integralmente os bens objeto da contratação de forma individual, sem prejuízo à competitividade do certame, à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e à ampla participação de interessados.

4.5.4. A vedação à participação de consórcios atende aos princípios da eficiência, da economicidade e da razoabilidade, não implicando restrição indevida à competitividade, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

4.6. Garantia Contratual

4.6.1. Não haverá exigência da garantia contratual prevista no artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, pelas seguintes razões: considerando que o objeto consiste na aquisição de equipamentos de som, cuja obrigação principal será cumprida mediante a entrega dos bens, não envolvendo execução contínua ou obrigações de elevada complexidade.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Forma de fornecimento

5.1.1. O fornecimento dos equipamentos objeto desta contratação ocorrerá de forma integral, em parcela única, mediante entrega de todos os itens contratados no prazo estabelecido neste Termo de Referência.

5.1.2. Os equipamentos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e funcionamento, devidamente acondicionados em embalagens adequadas à sua proteção e transporte, acompanhados dos respectivos manuais, certificados de garantia e demais documentos exigidos pelo fabricante.

5.1.3. A entrega será realizada no Teatro Francisco Nunes ou em outro endereço indicado pela Fundação Municipal de Cultura, localizado no Município de Belo Horizonte/MG, em data e horário previamente agendados com o fiscal ou gestor do contrato.

5.1.4. Todos os custos relativos ao fornecimento, incluindo transporte, seguro, carga, descarga, movimentação, tributos, encargos e demais despesas necessárias à execução do objeto, correrão por conta exclusiva da Contratada.

5.1.5. Os equipamentos fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, estar em linha regular de fabricação e atender integralmente às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

5.1.6. O recebimento provisório dos equipamentos ocorrerá no ato da entrega, para conferência quantitativa dos itens e da documentação que os acompanha, não implicando aceitação definitiva do objeto.

5.1.7. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações técnicas exigidas e a constatação de seu perfeito estado de conservação e funcionamento, observado o prazo previsto neste Termo de Referência.

5.1.8. Constatadas irregularidades, defeitos ou desconformidades nos equipamentos entregues, a Contratada deverá promover sua substituição ou correção no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional para a Contratante.

5.2. Condições de Entrega

5.2.1. O prazo máximo para entrega dos bens objeto da contratação será de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela Contratada.

5.2.2. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante solicitação formal da Contratada, apresentada antes do seu vencimento e devidamente fundamentada, ficando sua aceitação condicionada à análise e anuência da Administração.

5.2.2.1. A eventual concessão de prorrogação do prazo de entrega não afasta a apuração de responsabilidades nem impede a aplicação das penalidades cabíveis, quando constatada mora ou descumprimento contratual imputável à Contratada.

5.2.3. Os equipamentos deverão ser entregues no Teatro Francisco Nunes, localizado na Avenida Afonso Pena, s/n, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30130-002, nas dependências do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, ou em outro local indicado pela Contratante dentro do Município de Belo Horizonte.

5.2.4. A entrega deverá ser previamente agendada com o fiscal ou gestor do contrato, em dias úteis e dentro do horário de funcionamento definido pela Contratante.

5.2.5. Os bens deverão ser descarregados, transportados e acondicionados no interior do local indicado para entrega, correndo por conta da Contratada todas as despesas relativas ao transporte, carga, descarga, movimentação, seguro e demais custos necessários à perfeita execução do objeto.

5.2.6. Os equipamentos deverão ser entregues devidamente embalados, protegidos contra impactos, umidade e demais condições que possam comprometer sua integridade física e seu funcionamento.

5.2.7. Somente serão recebidos equipamentos novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento e acompanhados dos respectivos manuais, certificados de garantia e demais documentos exigidos neste Termo de Referência.

5.3. Garantia

5.3.1. O prazo de garantia dos bens objeto da contratação, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo.

5.3.2. A exigência de garantia mínima justifica-se por se tratar de equipamentos eletrônicos de uso profissional, essenciais ao funcionamento do sistema de sonorização do Teatro Francisco Nunes, cujas falhas podem comprometer a realização de atividades culturais, eventos e apresentações artísticas, impactando diretamente a prestação do serviço público cultural.

5.3.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso e funcionamento, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

5.3.4. A garantia abrange a realização de manutenção corretiva pelo próprio Contratado ou por assistência técnica autorizada pelo fabricante, observadas as normas técnicas aplicáveis.

5.3.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada à correção de defeitos, falhas ou vícios apresentados pelos equipamentos, compreendendo a substituição de

peças, componentes, acessórios, realização de ajustes, reparos e demais intervenções necessárias ao restabelecimento de seu funcionamento.

5.3.6. As peças, componentes ou equipamentos que apresentarem vício ou defeito durante o período de garantia deverão ser substituídos por itens novos, originais, de primeiro uso e com especificações iguais ou superiores às originalmente fornecidas.

5.3.7. Após a notificação formal da Contratante, o Contratado deverá realizar a reparação ou substituição do equipamento defeituoso no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da retirada do equipamento ou da formalização do atendimento técnico, conforme o caso.

5.3.8. Na hipótese de impossibilidade de reparo no prazo estabelecido, a Contratada deverá apresentar justificativa formal e cronograma para solução do problema, sujeito à aprovação da Contratante.

5.3.9. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante solicitação formal e devidamente justificada da Contratada, desde que aceita pela Contratante.

5.3.10. Todas as despesas relacionadas à execução da garantia, incluindo transporte, retirada, entrega, mão de obra, peças, componentes e demais insumos necessários à manutenção corretiva, correrão exclusivamente por conta da Contratada.

5.3.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

5.3.12. A garantia legal ou contratual dos equipamentos possui vigência própria e independente da vigência do contrato administrativo, permanecendo exigível mesmo após o encerramento contratual, observado o prazo de garantia ofertado, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

6. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, observadas as cláusulas pactuadas, as disposições deste Termo de Referência e a legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº

18.324/2023, respondendo cada parte pelos danos e prejuízos decorrentes da inexecução total ou parcial de suas obrigações.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato por determinação da Administração ou por motivo devidamente justificado, o cronograma de execução poderá ser ajustado mediante formalização nos autos do processo.

6.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada deverão ocorrer preferencialmente por escrito, inclusive por meio eletrônico, assegurada a adequada formalização dos atos relacionados à execução contratual.

6.4. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Fundação Municipal de Cultura, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 18.324/2023.

6.5. Compete ao fiscal do contrato acompanhar a entrega dos equipamentos, verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, registrar ocorrências e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

6.6. Todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive atrasos, desconformidades, defeitos, substituições e demais intercorrências, deverão ser registradas pelo fiscal do contrato nos autos do processo administrativo correspondente.

6.7. A Contratada deverá prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados pela fiscalização, bem como adotar as medidas corretivas necessárias para sanar eventuais irregularidades identificadas.

6.8. O contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante justificativa formal e observados os limites e condições estabelecidos na legislação.

6.9. A Contratada deverá comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato superveniente que possa comprometer a entrega dos equipamentos, o cumprimento dos prazos contratuais ou a qualidade dos bens fornecidos.

6.10. Durante o período de garantia, a fiscalização contratual poderá acionar a Contratada para correção de falhas, substituição de equipamentos ou adoção das providências necessárias ao restabelecimento das condições de funcionamento dos bens fornecidos.

6.11. A Contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da obrigação de reparar integralmente os danos eventualmente causados à Administração.

6.12. A Contratada deverá manter sigilo sobre informações técnicas, operacionais ou institucionais às quais tiver acesso em razão da execução contratual, quando aplicável, respondendo administrativa, civil e penalmente pelo uso indevido dessas informações.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto

7.1.1. Os bens objeto da contratação serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou documento equivalente, pelo fiscal do contrato ou servidor designado para o acompanhamento da execução contratual, para efeito de posterior verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da Contratada.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, da proposta apresentada ou das normas técnicas aplicáveis, devendo ser substituídos pela Contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação da Contratante, sem ônus adicional e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da quantidade, qualidade, especificações

técnicas, integridade física e funcionamento dos equipamentos, mediante emissão de termo de recebimento definitivo ou atesto na respectiva Nota Fiscal.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa formal da Administração, quando houver necessidade de realização de diligências, testes, análises e verificações complementares para aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia quanto à qualidade, quantidade ou especificações dos bens fornecidos, será observado o disposto no art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.1.6. O prazo para saneamento de irregularidades, substituição de equipamentos, complementação de documentação ou correção da Nota Fiscal não será computado para fins de recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela qualidade, segurança, durabilidade e funcionamento dos equipamentos fornecidos, nem sua responsabilidade pelo cumprimento das obrigações contratuais e de garantia.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente na unidade responsável pela liquidação, correrá o prazo de até 10 (dias) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.2.1. o prazo de validade;
7.2.2.2. a data da emissão;
7.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
7.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.2.2.5. o valor a pagar; e

7.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.2.6.1. O Contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente, observando:

a) A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente considerando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal 18.272/23 e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.

b) As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto Municipal 18.272/23 c/c artigo 4º da IN RFB Nº 1234.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SUCAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.2.4.1. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente poderá ser acompanhado de documentação para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, caso esteja irregular.

7.2.4.2. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.2.4.3. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.2.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SUCAF.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias contados da finalização da liquidação da despesa, pela Gerência de Orçamento e Finanças da FMC

7.3.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a marca, modelo (se houver) e o quantitativo efetivamente entregue.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo (MENOR PREÇO)

8.2. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, o licitante deverá encaminhar os documentos relacionados abaixo, os quais deverão comprovar sua regularidade na data da abertura do certame,

nos termos do art. 34 c/c § 6º-A do art. 37 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.

8.2.1. Habilitação jurídica

8.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada **à** verificação da autenticidade no sítio **https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;**

8.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.2.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual/distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943;

8.2.2.6. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

8.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

8.2.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.2.3.1.1. Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

8.2.4. Qualificação Técnica

8.2.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bem(ns)/produto(s) similar(es) com o(s) item(ns)/lote(s)/grupo(s) arrematado(s), por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.2.4.1.1. Os atestados ou certidões de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.4.1.2. Os atestados ou certidões deverão estar emitidos em papel timbrado do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediram, ou deverão conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.

8.2.4.1.3. Não serão aceitos atestados ou certidões de capacidade técnica emitidos pelo próprio licitante.

8.2.5. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.2.5.1. Para efeito de validação da declaração será realizada consulta junto ao Ministério do Trabalho e Emprego **(https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab)** e no caso de a certidão apresentar percentual inferior do previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, a empresa será inabilitada.

8.2.6. Não será exigida a apresentação de declarações que já tenham sido prestadas via sistema.

8.3. Dos critérios de aceitabilidade da proposta ajustada

8.3.1. Após a convocação pelo Agente de Contratação, o arrematante deverá apresentar Proposta Ajustada, conforme modelo constante no Anexo II.

8.3.2. A proposta de preços ajustada deverá conter:

8.3.2.1. Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;

8.3.2.2. Modalidade e número da licitação;

8.3.2.3. Especificação do objeto licitado, sendo obrigatório constar a marca e modelo;

8.3.2.4. O valor(es) unitário(s) e total(is) deve(m) ser apresentado(s) em moeda corrente nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais.

8.3.2.5. O valor global deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais.

8.3.2.6. Quando a divisão do valor total/global pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 2 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais. O valor global de cada item/grupo/lote obtido após a adequação deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado.

8.3.2.6.1. Declaração de validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados da assinatura.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Das obrigações do Contratado além das obrigações previstas na legislação aplicável e no instrumento contratual, caberá à contratada:

9.1.1. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados para fornecimento e a entrega dos equipamentos que compõem o sistema de sonorização destinado ao Teatro Francisco

Nunes, equipamento cultural administrado pela Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte.

9.1.2. Executar o objeto contratado em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos que compõem o processo de contratação.

9.1.3. Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de manuais técnicos, certificados de garantia e demais documentos pertinentes.

9.1.4. Realizar a entrega dos equipamentos no local indicado pela Administração, observando as condições estabelecidas no contrato e prestando as orientações necessárias para o adequado funcionamento do sistema.

9.1.5. Atuar em seu próprio nome, por sua conta e risco, sendo-lhe vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes do contrato sem prévia e expressa autorização da Administração.

9.1.6. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações legais decorrentes da execução do objeto, inclusive quanto aos salários e demais direitos de seu pessoal eventualmente envolvido na execução contratual.

9.1.7. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua ação ou omissão na execução do contrato.

9.1.8. Cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, quando aplicável.

9.1.9. Prestar assistência técnica durante o período de garantia dos equipamentos fornecidos, assegurando a substituição ou reparo de componentes que apresentem defeitos de fabricação.

9.1.10. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

9.2. Das obrigações do Contratante

9.2.1.Além das obrigações previstas na legislação aplicável e no instrumento contratual, caberá à contratada: Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratado, verificando o cumprimento das condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência.

9.2.1. Designar formalmente os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, que acompanharão a entrega e a do sistema de sonorização destinado ao Teatro Francisco Nunes, equipamento cultural administrado pela Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte.

9.2.2. Disponibilizar as condições necessárias para a entrega dos equipamentos no local indicado, garantindo acesso ao espaço e às instalações necessárias para a execução do objeto.

9.2.3. Receber, conferir e atestar os equipamentos fornecidos, verificando sua conformidade com as especificações estabelecidas no contrato e nos documentos que compõem o processo de contratação.

9.2.4. Preparar e instruir, para fins de pagamento, as faturas apresentadas pela Contratada, encaminhando-as tempestivamente ao setor competente após o devido atesto da execução do objeto.

9.2.5. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo estabelecido no contrato, observadas as retenções legais cabíveis.

9.2.6. Aplicar as penalidades administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais pela Contratada, conforme previsto na legislação e no instrumento contratual.

9.2.7. Proceder à atualização monetária no percentual de 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) ao dia, em caso de atraso no pagamento, conforme condições estabelecidas no contrato e na legislação aplicável.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 18.096/2022, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor estimado da contratação terá caráter sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo disponibilizado apenas aos órgãos de controle interno e externo e aos agentes públicos responsáveis pela condução do processo licitatório.

11.1.1. A adoção do orçamento sigiloso visa preservar a competitividade do certame e favorecer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, evitando que o valor estimado influencie a formulação das propostas pelos licitantes.

11.1.2. A divulgação prévia do orçamento poderá induzir os participantes a ofertarem preços próximos ao valor estimado pela Administração, reduzindo a competitividade e comprometendo a obtenção de condições mais vantajosas para o interesse público.

11.1.3. O orçamento estimado da contratação foi elaborado com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com a legislação vigente e encontra-se devidamente juntado aos autos do processo administrativo, permanecendo acessível aos órgãos de controle e fiscalização competentes.

11.1.4. Após o encerramento da fase de lances e julgamento das propostas, o valor estimado poderá ser divulgado, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

11.2. A estimativa de preços contempla todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo tributos, fretes, seguros, transporte, encargos e demais despesas incidentes sobre o fornecimento dos equipamentos de sonorização profissional destinados ao Teatro Francisco Nunes.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
3103.1100.13.122.146.2.338.0011. 4.4.90.52.14.1.701.000
3103.1100.13.122.146.2.338.0011.3.3.90.30.18.1.701.000
3103.1100.13.122.146.2.338.0011.3.3.90.30.14.1.701.000

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO:
Teatro Francisco Nunes - DPAR-FMC

14. DOS ANEXOS

14.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I – Especificações Técnica dos Equipamentos de Sonorização
ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços Ajustada;

Belo Horizonte, 09 de setembro de 2026.

_____
Aparecida Teodoro BM 000522-2
Assessora/Administrativo

_____
William Gomes BM 116794-2
Assessor

_____
Bárbara Bof
Presidenta Fundação Municipal de Cultura

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO

ITEM	EQUIPAMENTO	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	LINK
1	CAIXA ACÚSTICA TIPO “LINE ARRAY”, ATIVA, MODELO DPAR - FMC, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO	Resposta de frequência: 65Hz–20kHz; Potência: 400W; Programa: 800W; SPL: 98dB (1W/1m); SPL Linear: 124 dB; SPL Máx: 131 dB; Impedância: 8 Ohms; Cobertura: 120° horizontal; Sistema Left/Right; Fly em alumínio com pintura eletrostática; Dimensões: 525×280×425 mm; Peso: 22kg ativo / 20kg passivo; Conexão Speakon 4 polos; 1× woofer 10” 18 Sound OEM; 2× driver neo 34mm 18 Sound OEM	https://dbtecnologiaacustica.com.br/produto/al-110
2	SUBWOOFER 3000W, PASSIVO, MODELO DPAR - FMC, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO	35Hz–150Hz; 3000W AES; 6000W programa; SPL 104dB (1W/1m); SPL Linear 138 dB; SPL Peak 144 dB; Impedância 4 Ohms; Corte 40–100Hz; Dimensões 1200×600×650 mm; Peso 86 kg; 2× alto-falantes DB 18-1500W OEM	https://dbtecnologiaacustica.com.br/produto/sub-db-218-3000/
3	MICROFONE SEM FIO, MODELO DPAR - FMC, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO	Sistema digital; faixa 558–602 MHz + 614–616 MHz; alcance 328 pés; resposta 20Hz–20kHz; cápsula SM58/B87A; SPL até 140.5dB; receptor SLXD4 rack; saídas XLR e P10; até 8h bateria; transmissão digital estável	https://www.lojashure.com.br/microfone-sem-fio-duplo-shure-slxd24d-sm58-transmissores-m ao-slxd2-com-capsulas-sm58-1/p

4	AMPLIFICADOR DE POTÊNCIA, ESTÉREO, 02 CANAIS, POTÊNCIA DE NO MÍNIMO 2 X 6000 W RMS, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA APROXIMADA 20 HZ A 20 KHZ, CONTROLE DE GRAVES E AGUDOS E VOLUME INDEPENDENTES PARA CADA CANAL	2 canais; 6000W×2 (2Ω), 3000W×2 (4Ω), 1500W×2 (8Ω); Classe D; eficiência >90%; resposta 20Hz–20kHz; fator damping >400; alimentação 220V; consumo 13.2KVA; entradas XLR; saídas Speakon NL4; 24-bit DSP; estrutura rack 2U	https://dbseries.com.br/equipamentos/touring/amplificador-ld12k
5	PROCESSADOR DE ÁUDIO, COMPOSTO POR, NO MÍNIMO: 4 CANAIS DE ENTRADA XLR E 8 CANAIS DE SAÍDA XLR, BALANCEADOS ELETRONICAMENTE, CONEXÃO USB, BIVOLT	**Parametes**: Frequência - 20kz à 20Khz, ganho -20dB/+20dB, passo 0,1 dB; largura de Banda: 0.05/oct à 30/oct, passo 0,05/oct Painel Traseiro Conectores de Entrada 4 x XLR Fêmea Balanceado Eletronicamente Conectores de Saída 8 x XLR Macho Balanceado Eletronicamente Porta Conexão PC 2 x Porta RS-485 (CONECTOR RJ45 FEMEA Conector de AC 1 x IEC-320 C13 Controle 1 x Chave de acionamento liga/desliga; 1 x Chave de seleção de voltagem (127v / 220v); 1 x Chave de seleção aterramento externo ou próprio Estrutura Dimensão 44 mm X 482 mm X 232 mm	https://dbseries.com.br/equipamentos/touring/processador-db-848-fir

		Peso 4,1 Kg	
6	SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ANTENAS, ATIVA, DE 4 VIAS, COM PORTA EM CASCATA E DIVERSAS OPÇÕES DE FREQUÊNCIA, ACOMPANHADO DE HARDWARE DE SUPORTE FRONTAL E EM RACK, FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA E CABOS DE ANTENA	Distribuidor de antena 4 vias; faixa 470–960 MHz; ganho -1 a +1dB; isolamento 30 dB; impedância 50Ω; montagem rack; fonte PS60; 2 anos garantia	https://www.lojashure.com.br/sistema-de-distribuicao-de-antena-ativa-ua844--ua844-swb-br1/p
7	ANTENA DIRECIONAL PARA SISTEMAS DE TRANSMISSÃO SEM FIO, CARDIÓIDE, ADAPTADOR GIRATÓRIO, CABO COM NO MÍNIMO 3 METROS	Antena direcional UHF; reduz interferência; uso profissional; compatível sistemas Shure wireless	https://www.shure.com/pt-BR/produtos/acessorios/pa805
8	CAIXA ACÚSTICA, ATIVA, 12 POLEGADAS, MODELO DPAR - FMC, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO.	12”; 1200W Classe D; SPL até 130dB; DSP QuickSmart; presets (música, fala, live, clube); woofer EVS-12M; driver 1”; gabinete polipropileno; montagem M10; uso portátil e fixo	https://lumixpro.com.br/caixa-de-som-ativa-1200w-electro-voice-elx200-12p?srsltid=AfmBOo p3Uel-MM39zuN17LlNhdBlD2UFRq70C80CPdLMikqnN_3c7i8C

9	SUPORTE PARA CAIXA ACÚSTICA (BUMPER), EM AÇO, PARA TETO E PISO, MODELO FMC - TEATROS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXA	Estrutura para suspensão de line array AL110; aço reforçado; pintura eletrostática; sistema de içamento para montagem de PA suspenso; compatível com sistema DB AL110	https://www.todamusica.com.br/bumper-para-caixa-de-som-db-tecnologia-al-110-preto?srsltid=AfmBOor_9gfYkxb9UNpCHiufVIs1TXlyBGcPAkKW7YsGnTZ6f5-Sbxoe
10	CABO PARA ÁUDIO, ESTÉREO, 2 X 0,30 MM², BALANCEADO, CAPA EM PVC EMBORRACHADO, COR VERMELHA	Capa: Externa em PVC emborrachado 60oC - Blindagem: Cobertura de 70% - Isolação: Em polietileno - Diâmetro externo: 5,00mm - Bitola: 2x0,30mm2 (22 AWG)	https://www.ciriloca bos.com.br/products/cabo-microfone-linha-profissional-2x030mm-cirilo-cabos?srsltid=AfmBOoq8w5-lbEQifCIULsruqiWq3E5sOLrhUs_zObhfblZJAY2RRgCm
11	CONECTOR XLR MACHO, 3 POLOS, PADRÃO PARA ÁUDIO, BALANCEADO	conector XLR macho de 3 polos é o padrão industrial para áudio balanceado, ideal para microfones, mesas de som e caixas ativas. Possui três pinos (terra, positivo/quente, negativo/frio), trava de segurança para conexões firmes, corpo robusto de metal e sistema de soldagem para cabos ou montagem em painel.	https://www.ciriloca bos.com.br/plug-speakon-4-vias-macho-com-trava/p?srsltid=AfmBOopYVhgubwbPWEJUmi9EW8tlntXbJ5LcbGhBTVs96S7a7LFZDbF-
12	CONECTOR XLR FÊMEA, 3 PÓLOS, PADRÃO INDUSTRIAL PARA ÁUDIO, BALANCEADO	conector XLR fêmea de 3 pólos é o padrão industrial para áudio balanceado, ideal para microfones, mesas de som e caixas ativas. Possui três pinos (terra, positivo/quente, negativo/frio), trava de segurança para conexões firmes, corpo robusto de metal e sistema	https://www.musitechinstrumentos.com.br/Produto_13950,381/Audio/Acessorios-/Conectores/Conector-Neutrik-NC3FXX-Xlr-Femea-3-Polos-CaboLinha.html?srsltid=AfmBOoqpnCbX_49LepsWXJRHbwGPXC9_2yvKR1UVQiYi2Z0j1Ghibk-w

		de soldagem para cabos ou montagem em painel.	
13	CABO PARA ÁUDIO, XLR (MACHO) X XLR (FÊMEA), BALANCEADO, ESTÉREO, COMPRIMENTO MÍNIMO 10 METROS	Cabo balanceado profissional; conectores XLR macho/fêmea; alta resistência; uso em eventos e áudio profissional 10 metros	https://www.ciriloca bos.com.br/cabo-xlr-macho-x-xlr-femea-balanceado-proficional/p?idsku=2147276598&srsltid=AfmBOoocgrIO9RMy_XtNniTZZ5vvOTgMXODdTEji70kJXA musWPS85rrrl4
14	CABO PARA ÁUDIO, XLR (MACHO) X XLR (FÊMEA), BALANCEADO, ESTÉREO, COMPRIMENTO MÍNIMO 05 METROS	Cabo balanceado profissional; conectores XLR macho/fêmea; alta resistência; uso em eventos e áudio profissional 5 metros	https://www.ciriloca bos.com.br/cabo-xlr-macho-x-xlr-femea-balanceado-proficional/p
15	CABO PARA ÁUDIO, XLR (MACHO) X XLR (FÊMEA), BALANCEADO, ESTÉREO, COMPRIMENTO MÍNIMO 03 METROS	Cabo balanceado profissional; conectores XLR macho/fêmea; alta resistência; uso em eventos e áudio profissional 3 metros	https://www.ciriloca bos.com.br/cabo-xlr-macho-x-xlr-femea-balanceado-proficional/p

16	CABO PARA ÁUDIO, XLR (MACHO) X XLR (FÊMEA), BALANCEADO, ESTÉREO, COMPRIMENTO MÍNIMO 01 METRO	Cabo balanceado profissional; conectores XLR macho/fêmea; alta resistência; uso em eventos e áudio profissional 1 metro	https://www.ciriloca bos.com.br/cabo-xlr-macho-x-xlr-femea-balanceado-proficional/p
17	CONECTOR PARA ÁUDIO, TIPO SPEAKON, MACHO, COM TRAVA, 04 VIAS	Especificações técnicas Tipo: Speakon Contatos: 4 pólos Material: Plástico resistente Cor: Preto e Azul	https://www.ciriloca bos.com.br/plug-speakon-4-vias-macho-com-trava/p?srsltid=AfmBOopYVhgubwbPWEJUmi9EW8tlntXbJ5LcbGhBTVs96S7a7LFZDbF-
18	PLUGUE EM TERMOPLÁSTICO, FÊMEA (TOMADA), TIPO RETANGULAR, 2P + T, DESMONTÁVEL,	Número de pólos: 2P+T Corrente nominal (A): 20A Tensão Máxima de operação (V): 250V Frequência (hz): 50/60 hz Norma Técnica: ABNT NBR 14136	https://www.mundoe letric.com.br/tomada-desmontavel-preta-
19	PLUGUE EM TERMOPLÁSTICO, MACHO, TIPO RETANGULAR, 2P + T, DESMONTÁVEL, 20 A X 250 V	Número de pólos: 2P+T Corrente nominal (A): 20A Tensão Máxima de operação (V): 250V Frequência (hz): 50/60 hz Norma Técnica: ABNT NBR 14136	https://www.inframat eriaiseletricos.com.br/plug-macho-2pt-20a-pt-c-prensa-cabo?srsltid=AfmBOopXM-vNieKTLnOAsh1q7COJxJFLqLvxcmo56jQp_EY9m9_6xdvc
20	CABO FLEXÍVEL, EM COBRE, TIPO PP, SEÇÃO NOMINAL 3 X 4 MM²	Norma Aplicável ABNT NBR NM 247 - Cabo isolados com policloreto de vinila (PVC) para tensões nominais até 1000V, Isolação: PVC/D 70°C	GG1pa71QncYP5w3vw2lf-tOlc 1un 6

		- composto termoplástico extrudado à base de policloreto de vinila,	

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº .....

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico (e-mail) para contato:

Objeto:

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

ITEM/GRUPO/LOTE Nº.....

ITEM	SICAM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1							
VALOR GLOBAL:							
..... reais e ..... centavos.							

Valor por extenso (>>>>>>>>>>>>>>>>>>)

_____, __ de _____ de _____

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº .....

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
(b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
(d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
(e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e
(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, __ de _____ de _____

_____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº .....

Declaramos, sob as penas da lei, que a licitante _____ é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, na condição de _____ considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada e que no ano-calendário de realização da licitação, a licitante não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como beneficiário da Lei Complementar 123/2006.

Atestamos para os devidos fins, que a licitante não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a XI do § 4º do art. 3º da Lei nº 123/2006:

a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;

h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Possuímos ciência da nossa obrigação de comunicar ao Município de Belo Horizonte quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação de nossa empresa.

_____, __ de _____ de _____

_____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante